



Tese da Corrente Proletária na Educação/POR ao XXVII Congresso da APEOESP

Rejeitar a conciliação e aprovar a independência de classe

I. Apresentação

O XXVII Congresso deve responder aos grandes problemas que atingem a maioria oprimida. A discussão da situação mundial e nacional deve estar na base das resoluções sobre as tarefas do movimento sindical, em particular da APEOESP. É preciso dar um basta aos Congressos das cartas marcadas, dos compromissos de erguer os crachás, de comportamento de torcidas num campeonato, enfim, de todos os prejuízos que anulam o verdadeiro objetivo de um Congresso. Modificar esse caminho tortuoso dado ao Congresso é de extrema importância para recuperar a APEOESP como sindicato independente diante do Estado e do governo, e como instrumento de luta pelas reivindicações mais sentidas.

II. Resolução internacional

A maioria explorada vem sendo duramente sacrificada. A manifestação da crise mundial do capitalismo de 2008-2009 não dá sinais de tregua. Ao contrário, tomou a forma de escalada militar por parte das potências imperialistas. A guerra na Ucrânia, promovida pelos Estados Unidos e a aliança europeia, que fez da ex-república soviética bucha de canhão da OTAN e escudo da burocracia russa, tem provocado consequências desastrosas, tais como o aumento da fome, miséria e opressão nacional sobre os países semicoloniais. A guerra comercial entre Estados Unidos e China, por outro lado, faz parte dessa tendência bélica do capitalismo em desintegração.

O capitalismo na fase imperialista não é de reformas em favor dos explorados, é de guerras e barbárie social. Isso porque se elevou ao grau máximo a contradição entre as potencialidades das forças produtivas, as relações monopolistas de produção e as fronteiras nacionais. E o sistema econômico, para sobreviver, depende de maior opressão nacional, saque de riquezas e exploração de maior contingente da população. O que implica o combate para soterrar o capitalismo e edificar uma sociedade socialista, onde não há a exploração do homem pelo homem.

A Corrente Proletária propõe que os sindicatos e centrais organizem uma campanha, com paralisações e manifestações de rua: 1) pelo fim da guerra na Ucrânia, por uma paz sem anexação e sem as imposições do imperialismo, e do seu braço armado, a OTAN; 2) pelo desmantelamento da OTAN, revogação de todas as sanções impostas à Rússia, autodeterminação, integridade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia; 3) unidade mundial dos trabalhadores para combater a escalada militar; 4) apoio efetivo aos movimentos e greves em favor do emprego, salário e direitos trabalhistas,

para enfrentar os ataques da burguesia mundial à população pobre.

III. Resolução nacional

Estamos diante de um problema que é crucial para o movimento sindical, que é a defesa da independência política e organizativa dos trabalhadores frente ao governo de Lula e aos demais governos burgueses. Até o presente momento, as direções da APEOESP e da CUT estão se colocando pelo apoio à governabilidade de Lula, sob o discurso de que se trata de um governo “em disputa”. Para isso, se apoiam no argumento de que o bolsonarismo se mantém vivo e que Lula é a expressão da democracia contra o fascismo. A Corrente Proletária se coloca contra essas formulações da direção da APEOESP, que agora inclui a maioria das correntes do PSOL.

Não se derrota as tendências fascizantes do bolsonarismo servindo aos interesses gerais dos capitalistas e das potências imperialistas. Não se derrota, também, a ultradireita no terreno da democracia burguesa e de suas instituições (Congresso Nacional, Judiciário etc.). Somente é possível derrotar a ultradireita fascizante com os métodos próprios dos explorados, ou seja, pela luta de classes.

O governo Lula está comprometido com o grande capital. Eis por que aprovou o Marco Temporal, o Arcabouço Fiscal e a Reforma Tributária. E se recusou a revogar as contrarreformas trabalhista, previdenciária e o Novo Ensino Médio, que vêm esmagando a maioria oprimida. Qualquer apoio ao governo é se colocar por conter o descontentamento dos explorados contra as demissões, desemprego, fechamento de fábricas, salário mínimo de fome etc. É alimentar ilusões de que é possível obter concessões desse governo supostamente “em disputa”.

A Corrente Proletária defende que se aprove a bandeira de “oposição revolucionária ao governo Lula”, que tem como essência a luta pela independência política e organizativa dos sindicatos e centrais, e a defesa de um programa próprio de reivindicações, a ser conquistado pelos métodos próprios do proletariado. Que os delegados aprovem: 1) o rompimento dos sindicatos e centrais, que inclui a APEOESP, a CNTE e CUT, com o governo Lula/Alckmin; 2) aprovação de um programa de reivindicações, que unifique os trabalhadores da educação com os demais explorados; 3) rechaço ao Marco Temporal, Arcabouço Fiscal e Reforma Tributária; 4) revogação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro - trabalhista, previdenciária e do Novo Ensino Médio; 5) que as centrais, sindicatos, entidades estudantis e movimentos convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e atos massivos de rua, em defesa das reivindicações dos oprimidos; 6) defesa da

estratégia própria de poder, ou seja, do governo operário e camponês, resultado da revolução social.

IV. Resolução estadual

O governador Tarcísio de Freitas assume a herança peessedebista e se coloca como abertamente privatista, entregando o que restou das estatais, como ocorre com a venda da Sabesp, o porto de Santos, ampliando a terceirização nos serviços públicos, fechando mais salas de aulas/turnos, eliminando conquistas do magistério e mantendo o salário miserável da maioria do funcionalismo. Há ainda mais um agravante: como é um governo ultradireitista, objetiva fortalecer o Estado policial, aumentando o poder repressivo da polícia nos bairros pobres, nas escolas e, particularmente, sobre a juventude negra. Está aí por que é preciso organizar a luta, desde as bases, para enfrentar nas ruas o governo bolsonarista.

É necessário que o Congresso aprove: 1) a convocação de assembleias presenciais, amplamente preparadas desde as escolas, para aprovar a luta pelo emprego a todos os professores, pelas salas de aulas com o número máximo de 25 alunos, pela efetivação de todos os professores contratados, pela estabilidade, pelo fim da farsa da nova Carreira, pela devolução do tempo de trabalho durante a pandemia, pela reposição das perdas salariais, combate ao PEI, Novo Ensino Médio e demais programas que expulsam estudantes e ampliam a jornada de trabalho do professorado; 2) a luta contra a privatização da Sabesp, Metrô, portos e estradas; 3) o combate à privatização da saúde e ao fortalecimento do SUS e IAMSPE; 4) o programa de reivindicações que una a maioria oprimida para enfrentar o ultradireitista Tarcísio de Freitas.

V. Resolução educacional

A política educacional do governo Tarcísio está sob a orientação ditada pelo governo Lula, desde o MEC e, mais acima deste, dos organismos internacionais, como o Banco Mundial e outros mecanismos à serviço do imperialismo. Aplica a linha determinada pelos grandes monopólios do setor. Por isso, sua política está voltada ao acirramento da precarização/destruição da Educação pública, dentro da lógica de enxugamento do orçamento estatal, tendo em vista a necessidade de preservar o parasitismo do capital financeiro, particularmente em relação à extorsiva dívida pública.

A decomposição do ensino reflete a desagregação geral do sistema capitalista. A raiz da falência do ensino é mais profunda, encontra-se na separação entre teoria e prática, entre sujeito e objeto do conhecimento. A propriedade privada dos meios de produção não pode permitir um genuíno entroncamento entre ciência e produção social, pois isso potencializaria ainda mais as forças produtivas, num contexto de crise de superprodução.

A Corrente Proletária defende: 1) o sistema único de ensino público, gratuito, para todos e em todos os níveis, laico, vinculado à produção social e sob controle de quem estuda e trabalha; 2) o combate à privatização e a precarização do ensino; 3) a estatização, sem indenização, de toda a rede privada de ensino; 4) o fim do EaD, do ensino de tempo integral e da terceirização; 5) a efetivação dos terceirizados pelo Estado; 6) a revogação imediata e na íntegra do Novo Ensino Médio/BNCC; 7) o rechaço à “Nova Carreira”, fim de todo tipo de discriminação/divisão entre os trabalhadores; 8) trabalho igual, salário igual; 9) a estabilidade a todos; 10) o fim dos concursos excludentes; 11) nenhum fechamento de sala/turno/escola, e reabertura das salas fechadas; 12) as salas de aula com o máximo de 25 alunos; 13) a melhoria das condições de trabalho e da situação física das escolas; 14) que sejam oferecidas todas as condições e o apoio necessários para o atendimento aos alunos com deficiência; 15) dar uma resposta classista ao problema da violência nas escolas, mobilizando os

trabalhadores e a juventude, em defesa de melhores condições de vida e de trabalho, contra todas as formas de precarização e sucateamento do ensino; 16) não ao recrudescimento das medidas repressivas, que só fortalecem o controle e a militarização das escolas; 17) derrotar o reacionário movimento “Escola sem Partido” com a organização e a mobilização unitária dos professores, funcionários, estudantes e suas famílias; 18) que o Estado financie integralmente a Educação, de acordo com um plano decidido pelos que estudam e trabalham, em suas assembleias.

VI. Resolução sindical

Estamos diante de direções sindicais que há muito tempo vem submetendo os organismos dos trabalhadores à estratégia da democracia burguesa e à tática da colaboração de classes. O que implicou e implica a anulação dos princípios básicos do sindicalismo, que são a independência de classe diante do patronato e governantes, e a democracia operária.

A Corrente Proletária defende a recuperação dos sindicatos para a luta. Para isso, trabalha para constituir oposições sindicais classistas e independentes. Rechaça a política de conciliação de classes e se coloca pelos métodos coletivos de ação direta dos trabalhadores. Faz parte da recuperação dos sindicatos a luta pela democracia sindical. Esse Congresso, para ter algum significado para o professorado, tem de se colocar por rejeitar todos os mecanismos que impedem a democracia sindical. É preciso também combater a política corporativista das direções sindicais. Para isso, o Congresso deve aprovar as reivindicações que unificam os professores com os demais trabalhadores.

A Corrente Proletária defende: 1) revogação das reformas trabalhista, previdenciária e da terceirização; 2) salário mínimo vital, que permita ao trabalhador a manutenção de sua família, calculado pelas assembleias de base; 3) emprego a todos, por meio da redução da jornada, sem redução de salário - escala móvel das horas de trabalho; 4) reposição das perdas salariais, tomando como base os cálculos do DIEESE, que em junho/23 era de R\$ 6.578,41; 5) saúde e educação públicas; 6) eleições sindicais livres, presenciais e democráticas; 7) fim dos “sindicatos-empresas”; 8) assembleias democráticas e soberanas, com direito da base se expressar.

VII. Resolução sobre as opressões

Vivemos uma profunda crise econômica mundial, agravada pela guerra na Ucrânia, pela guerra comercial entre a China e os Estados Unidos, e pelo avanço da escalada militar. As consequências têm sido dramáticas para a maioria oprimida de todo o mundo, com o avanço da fome, miséria, desemprego e doenças. E com o acirramento das discriminações sociais e raciais.

É preciso combater as opressões como parte da luta de classes do proletariado voltada à revolução social. Do contrário, acaba-se alimentando a ilusão de que a burguesia é capaz de promover o processo civilizatório ao ponto de eliminar tais opressões. Essa falsa perspectiva é típica do reformismo arcaico e contrarrevolucionário.

O Congresso deve aprovar uma resolução que de fato impulsione a luta contra a opressão de classe e as consequentes discriminações. A Corrente Proletária propõe: 1) unificar os movimentos contrários às opressões em uma só força de combate às discriminações, tendo por base o programa da revolução social; 2) emprego a toda a juventude, combinado com os estudos; 3) trabalho igual, salário igual; 4) revogação da reforma trabalhista e previdenciária, que empurra a juventude às relações de trabalho mais precarizadas e mais opressivas; 5) proteção à maternidade, direito ao aborto garantido pelo Estado, superação da dupla jornada de trabalho e condições que permitiam combinar o trabalho, a maternidade e os estudos.